

# O GRITO QUE NÃO SE OUVE

A polêmica sobre a extinção e posterior recriação do Ministério da Cultura deixou no silêncio quatro pilares fundamentais: cidade, mercado, sociedade e educação **TEIXEIRA COELHO\***

**EM CASA ONDE FALTA PÃO**, todo mundo grita e ninguém tem razão. Mais ainda quando o problema está mal formulado. Discutir se a cultura requer ministério exclusivo é abordar tema relevante sem esgotar a questão. Vários países não têm ministério só para a cultura, e isso não os impede de exibir forte dinâmica cultural, como Inglaterra e França. Os Estados Unidos dotaram-se de um mero departamento de cultura (têm, é verdade, mecanismos complementares). A Alemanha, nem isso: depois da tragédia total da cultura nazista, organizada em um ministério central com poderes absolutos, a chanceler de plantão é assessorada por um simples “comissário do governo federal para a cultura e a mídia”, título que, com ligeireza e impropriedade, aqui se traduz por “ministro”.

A institucionalidade da cultura, ou seja, sua figura político-administrativa no ordenamento do país, não é assunto menor. Pelo contrário: revela o que um país pensa sobre o papel da cultura — que não é mais periférico, complementar ou superestrutural, como se imaginava no século XIX, e ainda se imagina em certos rincões do atraso, mas, sim, central em tudo na vida contemporânea. No entanto, discutir se a cultura deveria ficar onde estava ou se seria melhor, para ela e não só para o orçamento do governo, ir para a Educação é aceitar as cartas do habitual discurso preguiçoso sem se dar conta de que essas cartas estão marcadas.

O problema central da cultura no Brasil (não só dela, mas de tanta outra coisa) reside na ideia de federação aqui praticada. Este país é uma falsa federação. Na melhor das hipóteses, uma federação incompleta. Autoritário, paternalista e patrimonialista, o Brasil é centralizador: Brasília quer dar a última palavra sobre quase tudo. Pior: nós nos acostumamos a esperar por essa palavra, queremos ouvi-la. A palavra “deles”. A cultura, porém, é um fenômeno da cidade, a única realidade social do ser humano. É na cidade que as pessoas nascem, vivem, geram todas as riquezas (inclusive a cultural) em seguida escoadas para a instância central, têm suas rendas (quando as têm), pagam seus impostos (ainda que não os devam ou nada recebam em troca) e morrem. Não o fazem nem no estado, unidade administrativa intermediária, nem na nação, sob esse aspecto meras ficções políticas. É na cidade.

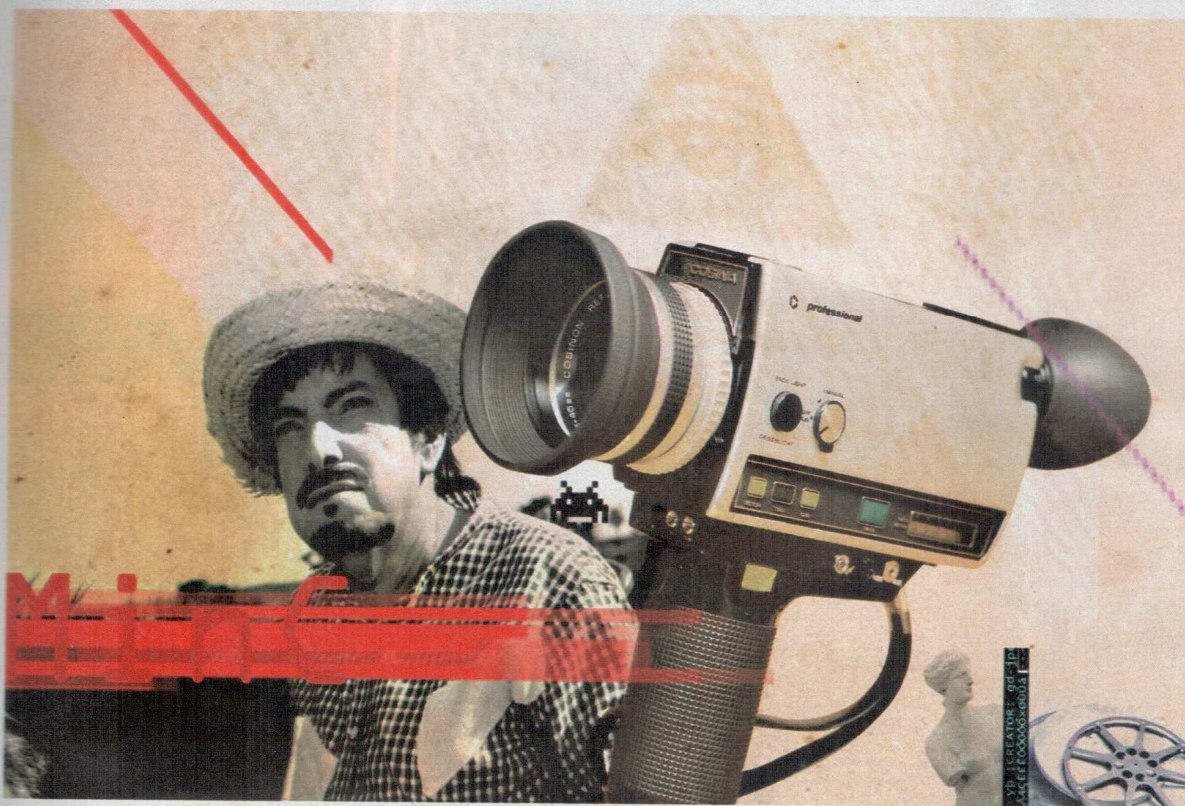
À cidade cabe, portanto, decidir sobre a cultura que quer, onde, como, quando e quanto quiser. Mas ela não tem recursos para isso. A desigualdade na distribuição da renda no Brasil entre as pessoas é dramática e o é também entre a nação, os estados e as cidades. O desequilíbrio do poder, idem. Se este for o momento de discutir alguma refundação do país, decisivo seria examinar o funcionamento federativo de modo a empoderar as cidades.

Resolver a equação da cultura, com suas várias e tantas incógnitas, passa por aí. E pela criação de um mercado para a cultura (como para outras áreas). Essa palavra foi demonizada nos últimos anos; só que não há e nunca houve cultura forte sem mercado cultural. A indústria editorial, por exemplo, não pode continuar dependente das compras do governo. Quando o governo não compra, como hoje, editoras, gráficas

**“A cultura é um fenômeno da cidade, a única realidade social do ser humano. É na cidade que as pessoas nascem, vivem e morrem”**

e livrarias fecham. A questão, claro, é como ter algum mercado num momento em que a economia parou e retrocedeu. Mas a equação da cultura é esta: a cidade + o mercado.

A subida do mercado ao palco da cultura, porém, não estará completa sem o despertar da sociedade civil para sua responsabilidade nesse campo, como se vê nos Estados Unidos. A Lei Rouanet e sua antecessora, a Lei Sarney, mudaram para melhor o cenário da cultura no país, mas também pretendiam conscientizar a sociedade civil e a iniciativa privada do papel que nele deveriam ter — e, nesse ponto, fracassaram, mais por culpa da sociedade insensível do que delas próprias. O tripé de sustentação da cultura torna-se agora mais claro e sólido: a cidade + o mercado + a sociedade civil.



No entanto, nem esse tripé basta: há um quarto pilar em jogo, a educação. E aqui a roda engripa de vez, sendo a educação no Brasil aquilo que é. Lembrar o papel desse pilar serve, pelo menos, para indagar se a cultura não estaria de fato melhor na Educação, com o dinheiro que a Educação tem: 42 vezes mais que a Cultura em 2016. O orçamento do Ministério da Cultura hoje equivale a cerca de 2,5% daquele da Educação. Se a Educação dedicasse 5% de seu orçamento à Cultura, seria o suficiente para uma festa cultural inédita por aqui. Um ministro da Educação e da Cultura seria mais sensível à cultura do que um presidente da República? Talvez — se percebesse que o motor da educação é a cultura. E vice-versa. Cultura e educação sobrevivem juntas ou perecem num abraço de afogados.

O Ministério da Cultura não precisa sumir. Ministérios têm nobre missão: assegurar a solidariedade entre estados e regiões. Essa missão, porém, é mais de coordenação que de intervenção — e a coordenação fica mais bem servida até com uma agência, não requer ministérios complexos e tentaculares.

A cultura no Brasil continua frágil, e isso não se remedeia com um ministério. Mesmo porque, no Brasil como em tanto outro lugar, a maior parte da cultura acontece bem longe do ministério e alheia a sua presença e ação. Mas, se a questão

for política e ideológica, como é, por que ninguém grita contra as insuficiências ou a ausência de uma Secretaria Municipal da Cultura? Por que ir gritar em Brasília ou, dependendo dos ventos ideológicos, contra Brasília? O (eterno) retorno do Ministério da Cultura não é tanto um sinal de força da “classe cultural” que gritou: o novo governo preferiu estrategicamente silenciar um foco de resistência que tem embutido um nítido traço partidário. A volta do Ministério da Cultura não oculta o fato, muito mais relevante, de que as pessoas em geral não se preocupam com a cultura, nem gritam por ela e, menos ainda, por um ministério. A “classe cultural” gritou: muito bem. Decisivo agora é não esquecer que um Ministério da Cultura não é para os produtores culturais, assim como o da Saúde não é para os médicos e o da Fazenda, para os economistas: todos, aí incluído o da Cultura, são para as pessoas. Mas elas só exigirão cultura e a cultura só será forte quando a cultura estiver na cidade educada, tiver um mercado e contar com a sociedade civil. Soluções setoriais, desconectadas, garantem apenas o retorno da crise cíclica. ■

\*Teixeira Coelho é escritor e coordenador de estudos no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP)